

PÓS-PROVA OAB ACABE COM A ANSIEDADE!

PROVA TIPO X - XXXII EXAME DE ORDEM - 1ª FASE

QUESTÕES DE 27 a 34 DE DIREITO ADMINISTRATIVO/ DIREITO AMBIENTAL

Prof. Nilton Carlos

QUESTÃO NÚMERO 27

27

Amadeu, assim que concluiu o ensino médio, inscreveu-se e foi aprovado em concurso público para o cargo de técnico administrativo do quadro permanente de determinado Tribunal Regional Federal, cargo em que alcançou a estabilidade, após o preenchimento dos respectivos requisitos legais.

Enquanto estava no exercício das funções desse cargo, Amadeu cursou e concluiu a Faculdade de Direito, razão pela qual decidiu prestar concurso público e foi aprovado para ingressar como advogado de certa sociedade de economia mista federal, que recebe recursos da União para o seu custeio geral.

Diante dessa situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

- A) Amadeu poderá acumular o cargo no Tribunal com o emprego na sociedade de economia mista federal, se houver compatibilidade de horários.
- ☒ B) A estabilidade já alcançada por Amadeu estende-se à sociedade de economia mista, considerando-se que aquela se consuma no serviço público, e não no cargo.
- C) Amadeu, ao ser contratado pela sociedade de economia mista, continua submetido ao teto remuneratório do serviço público federal.
- D) Amadeu poderia ser transferido para integrar os quadros da sociedade de economia mista sem a realização de novo concurso público.

GABARITO PRELIMINAR: C

COMENTÁRIO: *Art. 37, § 9º da Constituição Federal estabelece que o disposto no inciso XI aplica-se às empresas públicas e às sociedades de economia mista, e suas subsidiárias, que receberem recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral.*

PÓS-PROVA OAB ACABE COM A ANSIEDADE!

QUESTÃO NÚMERO 28

28

O Ministério Público Federal denunciou Marcos, fiscal da Receita Federal, pelo crime de peculato doloso, em decorrência da existência de provas contundentes de que tal servidor apropriou-se de dinheiro público de que tinha guarda.

Ao tomar conhecimento de tais fatos, durante o trâmite do processo penal, a autoridade administrativa competente determinou a instauração de processo administrativo disciplinar, que, após o devido processo legal, levou à demissão de Marcos antes do julgamento da ação penal.

Sobre a questão apresentada, assinale a afirmativa correta.

- A) A Administração fica vinculada à capitulação estabelecida no processo penal, vedada a incidência de qualquer falta residual no âmbito administrativo, considerando que o peculato constitui crime contra a Administração Pública.
- ☒ B) A demissão de Marcos na esfera administrativa é válida, mas a superveniência de eventual sentença penal absolutória, por ausência de provas, exige a reintegração do servidor no mesmo cargo que ocupava.
- C) O processo administrativo disciplinar deveria ter sido instaurado para apurar a conduta de Marcos, mas impunha-se sua suspensão diante da existência de processo criminal pelos mesmos fatos.
- D) Deve ser aplicado ao processo administrativo disciplinar o prazo prescricional previsto na lei penal para o crime de peculato cometido por Marcos.

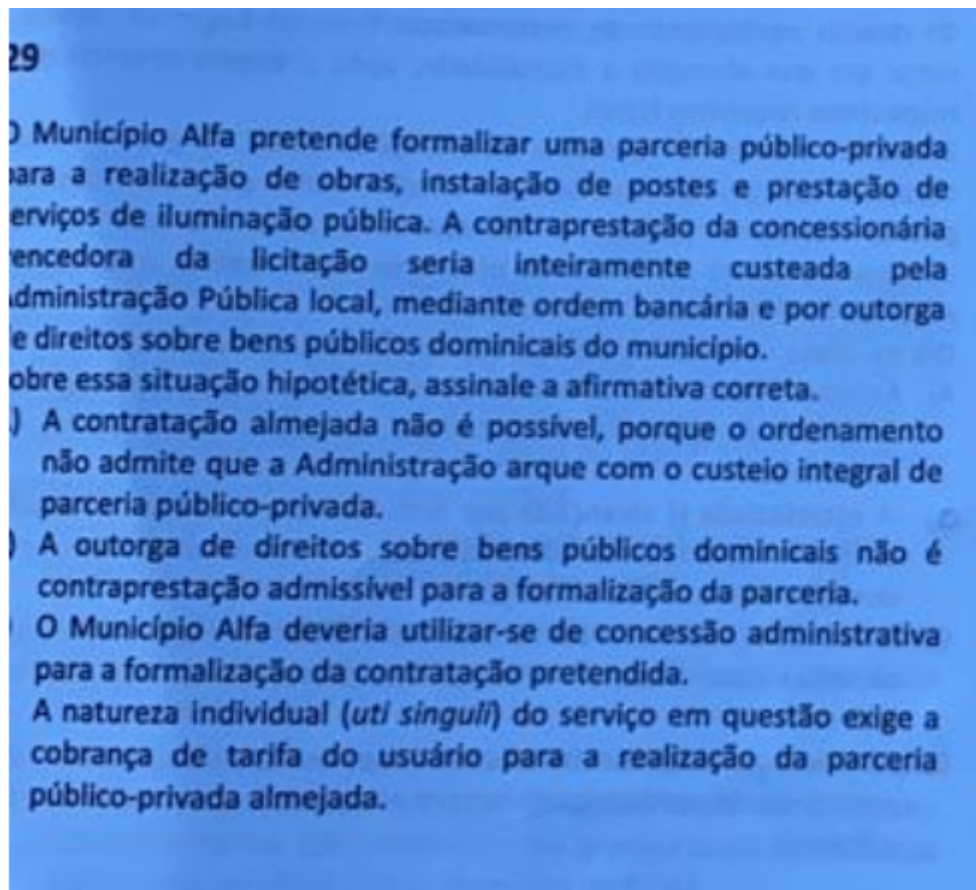
GABARITO PRELIMINAR: D

COMENTÁRIO: Tratando-se de conduta tipificada como crime o prazo prescricional da infração administrativa será aquele correspondente ao crime.

Neste sentido, veja-se o art. 132, § 2º da lei 8.112: Os prazos de prescrição previstos na lei penal aplicam-se às infrações disciplinares capituladas também como crime.

PÓS-PROVA OAB ACABE COM A ANSIEDADE!

QUESTÃO NÚMERO 29



GABARITO PRELIMINAR: C

COMENTÁRIO: A lei 11.079 conceitua a Concessão administrativa como o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.

É a hipótese apresentada na questão. Logo, é essa a modalidade a ser utilizada

PÓS-PROVA OAB ACABE COM A ANSIEDADE!

QUESTÃO NÚMERO 30

30

Ao tomar conhecimento de fraude em licitação ocorrida em novembro de 2013, decorrente de conluio entre a *sociedade empresária Espertinha* e Garibaldi, servidor ocupante, exclusivamente, de cargo comissionado, o Ministério Público, em janeiro de 2019, ajuizou ação civil pública por improbidade, em razão de ato que causou prejuízo ao erário, em desfavor de ambos os envolvidos.

Comunicada de tais fatos, a Administração Pública demitiu Garibaldi em abril de 2019, após garantir-lhe ampla defesa e contraditório em processo administrativo.

Sobre a questão apresentada, na qualidade de advogado consultado pela *sociedade empresária Espertinha*, especificamente sobre a possibilidade de aplicação da sanção de proibição de contratar com a Administração Pública e receber benefícios fiscais, assinale a afirmativa correta.

- A) A prescrição da pretensão ministerial de aplicação da sanção questionada para qualquer dos demandados não se consumou, pois estes se submetem ao mesmo prazo extintivo, que apenas se iniciou com a demissão de Garibaldi do cargo comissionado.
- B) A pretensão do Ministério Público, de aplicação da sanção questionada, está prescrita em relação a Garibaldi e à *sociedade empresária Espertinha*, dado que o prazo relativo a ambos iniciou-se com a realização da conduta.
- C) A prescrição da pretensão ministerial para aplicação da sanção apenas em relação à *sociedade empresária Espertinha* operou-se, na medida em que o prazo a ela aplicável iniciou-se com a realização da conduta.
- D) A *sociedade empresária Espertinha*, por não se enquadrar no conceito de agente público, não pode responder por improbidade administrativa, não sendo a ela aplicável a sanção questionada.

GABARITO PRELIMINAR: A

COMENTÁRIO: Segundo a lei de improbidade administrativa (art. 23) as ações destinadas a levar a efeitos as sanções previstas nesta lei podem ser propostas: I - até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.

Tal prazo também é aplicável ao terceiro que participa do ato de improbidade

PÓS-PROVA OAB ACABE COM A ANSIEDADE!

QUESTÃO NÚMERO 31

31

A União, diante da necessidade de utilização do imóvel produtivo de Astrobaldão para fazer passar importante oleoduto, fez editar Decreto que declarou a utilidade pública do bem para tal finalidade e determinou que a concessionária do setor levasse a efeito a mencionada intervenção, na forma do contrato de concessão, de modo a instituir o respectivo direito real de gozo para a Administração Pública.

Astrobaldão recusou-se a permitir o ingresso de prepostos da referida sociedade no bem para realizar as respectivas obras, o que levou a concessionária a ajuizar ação específica, com pedido liminar de imissão provisória na posse, para a implementação do estabelecido no Decreto.

Diante dessa situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

- A) A concessionária não poderia levar a efeito a intervenção do Estado na propriedade pretendida pela União, porque não pode exercer poder de polícia.
- B) A intervenção do Estado na propriedade pretendida é a requisição, considerando a necessidade do bem de Astrobaldão para a realização de serviço público.
- C) O pedido de imissão provisória na posse foi equivocado, porque não é cabível o procedimento da ação de desapropriação na intervenção em comento, cuja modalidade é a servidão.
- ☒ D) O eventual deferimento da imissão provisória na posse importará no dever de acrescer juros compensatórios sobre a indenização que venha a ser determinada no processo.

GABARITO PRELIMINAR: D

COMENTÁRIO: Segundo dispõe a súmula 69 stj na desapropriação direta, os juros compensatórios são devidos desde a antecipada imissão na posse e, na desapropriação indireta, a partir da efetiva ocupação do imóvel

PÓS-PROVA OAB ACABE COM A ANSIEDADE!

QUESTÃO NÚMERO 32

32

O Município Delta está passando por graves dificuldades financeiras e recebeu da *sociedade empresária Incorporatudo* uma proposta para alienar determinada praça pública, situada em bairro valorizado, por montante consideravelmente superior ao praticado no mercado, em decorrência do grande interesse que a *Incorporatudo* tem de promover um empreendimento de luxo no local.

Diante dessa situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

- A) O Município Delta pode alienar o bem em questão, mediante autorização por Decreto e sem licitação, diante da obtenção do lucro que poderia ser revertido para a coletividade.
- B) O bem em foco, por ser dominical, poderia ser alienado pelo Município Delta mediante autorização legislativa, dispensada a licitação em razão do alto valor oferecido.
- C) O bem público em comento, em razão de ser de uso comum, só poderia ser alienado se houvesse a sua prévia desafetação e fossem seguidos os ditames da lei geral de licitações.
- ☒ D) O bem de uso especial é passível de alienação pelo Município Delta, apesar de, na hipótese, ser necessária a licitação.

GABARITO PRELIMINAR: C

COMENTÁRIO: Somente os bens desafetados podem ser objeto de alienação. Neste caso a lei de licitações (8.666/93) dispõe, em seu art. 17 que a alienação de bens da Administração Pública, estará subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às normas estabelecidas na referida lei.

PÓS-PROVA OAB ACABE COM A ANSIEDADE!

QUESTÃO NÚMERO 33

33

A sociedade empresária Alfa opera, com regular licença ambiental expedida pelo órgão federal competente, empreendimento da área de refino de petróleo que está instalado nos limites do território do Estado da Federação Beta e localizado no interior de unidade de conservação instituída pela União. Durante o prazo de validade da licença de operação, o órgão federal competente, com a aquiescência do órgão estadual competente do Estado Beta, deseja delegar a execução de ações administrativas a ele atribuídas, consistente na fiscalização do cumprimento de condicionantes da licença ambiental para o Estado Beta.

Sobre a delegação pretendida pelo órgão federal, consoante dispõe a Lei Complementar nº 140/2011, assinale a afirmativa correta.

- A) É possível, desde que o Estado Beta disponha de órgão ambiental capacitado a executar as ações administrativas a serem delegadas e de conselho de meio ambiente.
- ☒ B) É possível, desde que haja prévia manifestação dos conselhos nacional e estadual do meio ambiente, do Ministério Público e homologação judicial.
- C) Não é possível, eis que a competência para licenciamento ambiental é definida por critérios objetivos estabelecidos na legislação, sendo vedada a delegação de competência do poder de polícia ambiental.
- D) Não é possível, eis que a delegação de ações administrativas somente é permitida quando realizada do Município para Estado ou União, ou de Estado para União, vedada a delegação de atribuição ambiental federal.

GABARITO PRELIMINAR: A

COMENTÁRIO: A lei complementar 140/2011 estabelece que O ente federativo poderá delegar, mediante convênio, a execução de ações administrativas a ele atribuídas nesta Lei Complementar, desde que o ente destinatário da delegação disponha de órgão ambiental capacitado a executar as ações administrativas a serem delegadas e de conselho de meio ambiente.

Logo, a alternativa correta é, de fato, a letra A

PÓS-PROVA OAB ACABE COM A ANSIEDADE!

QUESTÃO NÚMERO 34

34

O Estado Z promulga lei autorizando a supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente para pequenas construções. A área máxima para supressão, segundo a lei, é de 100 metros quadrados quando utilizados para lazer e de 500 metros quadrados quando utilizados para fins comerciais.

Sobre a referida lei, assinale a afirmativa correta.

- A) A lei é válida, uma vez que é competência privativa dos Estados legislar sobre as Áreas de Preservação Permanente inseridas em seu território.
- ☒ B) A lei é válida apenas com relação à utilização com finalidade de lazer, uma vez que é vedada a exploração comercial em Área de Preservação Permanente.
- C) A lei é inconstitucional, uma vez que compete aos Municípios legislar sobre impactos ambientais de âmbito local.
- D) A lei é inconstitucional, uma vez que é competência da União dispor sobre normas gerais sobre proteção do meio ambiente.

GABARITO PRELIMINAR: D

COMENTÁRIO: No caso, estamos diante de competência legislativa concorrente.

Segundo estabelece a Constituição Federal em seu art. 24 tem-se que, no âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais, sendo certo que a competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência complementar dos Estados.

Contudo, a lei federal (Lei 12.651/2012) estabelece que a intervenção ou a supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente somente ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental previstas nesta Lei.

Logo, a lei estadual é inconstitucional pois viola o estabelecido pela norma federal acerca do tema.

PÓS-PROVA OAB ACABE COM A ANSIEDADE!



Nilton Carlos Coutinho



Procurador do Estado de São Paulo, Especialista em Planejamento e Gestão Municipal pela FCT/UNESP; Especialista em Direito Público pelo complexo jurídico Damásio de Jesus; Especialista em Direito Penal e Processual Penal pela Escola Superior do Ministério Público de São Paulo; Mestre em Direito pelo CESUMAR/PR; Doutor em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Professor na área do direito público, direitos fundamentais e proteção da dignidade da pessoa humana, com diversas obras publicadas

[Gran Cursos Online](#)

**PÓS-PROVA OAB
ACABE COM A ANSIEDADE!**

 **GRAN CURSOS
ONLINE**